

Compulsório já preocupa

BRASÍLIA — O sucessor do presidente José Sarney poderá assustar-se com o tamanho do rombo quando tiver de restituir os empréstimos compulsórios sobre a comercialização de combustíveis e veículos, a partir de janeiro de 1990. Hoje, este rombo é ainda potencial: está na casa de Cr\$ 700 bilhões e cresce a cada mês.

O buraco existe por causa de um erro na formulação do decreto-lei de criação dos compulsórios e do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND). No decreto, os empréstimos foram criados para retirar o "excesso de liquidez" existente na economia (dinheiro em demasia) para atender a determinação constitucional. A atual Constituição só permite um empréstimo compulsório para esta finalidade.

O então ministro da Fazenda, Dílson Funaro, e sua equipe imaginavam que a União poderia utilizar os recursos do compulsório para a composição do FND, evitando colocá-los em conta do Banco Central, onde ficam indisponíveis. Mas a Constituição determina que o dinheiro do empréstimo compulsório não pode ser utilizado em nenhuma hipótese e não foi criado nenhum artifício para driblar a determinação constitucional.

DINHEIRO PARADO

Por isso, o dinheiro do compulsório sobre combustível e veículos (este extinto no ano passado) já chega a quase Cr\$ 600 bilhões e está no Banco Central, sem qualquer remuneração, porque a conta está bloqueada. Estes recursos, com a aplicação de correção monetária e juros de 6% ao ano, já estariam em Cr\$ 1,3 trilhão — portanto, o rombo é de Cr\$ 700 bilhões.

O deficit é assim calculado porque o decreto-lei de criação do compulsório determinou a restituição do dinheiro correspondente ao contribuinte com correção e juros de 6% ao ano, antes de ser convertido em cotas do FND.

O governo poderia começar a resolver este problema com a aquisição, desde já, de cotas do FND. O Tesouro Nacional poderia comprá-las aos poucos, para depois restituí-las aos donos de veículos. Até a restituição, que se prolongará de janeiro de 1990 a dezembro de 1992, estas cotas seriam remuneradas, garantem técnicos do Ministério da Fazenda responsáveis pela administração do FND.